

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

Elma Valéria Lopes¹
Altina Abadia da Silva²

Palavras-chave: Representação Social; Educação Infantil; Gênero.

Ao iniciar esse trabalho lançamos mão da seguinte afirmação: *A profissão de educadora de “educação infantil” passou por um processo de feminilização na sociedade brasileira!* Portanto é oportuno ressaltar, que esse processo foi gradativo e que após a Independência, o ensino, pelo menos ao nível dos projetos e das leis, se tornou gratuito e extensivo a todos, inclusive às mulheres que até então só tinham acesso à educação religiosa; nos recolhimentos e conventos que surgiram as primeiras vagas para o sexo feminino no magistério primário.

Como não se tolerava a co-educação e os tutores deviam ser do mesmo sexo de seus alunos, um espaço para a profissionalização feminina foi aberto, ao mesmo tempo em que se expandia a própria instrução da mulher (AMADO e BRUSCHINI, 1988).

Essa questão é esmiuçada por Almeida (1996) que em suas pesquisas sobre a feminização do magistério no Brasil obteve dados relevantes como: a criação em São Paulo da seção feminina da Escola Normal, que foi primeiramente destinada às jovens de poucos recursos e as órfãs sem dote, às quais era interdito o sonho de um bom casamento, dado que este se apoiava necessariamente em bases econômicas.

Em decorrência disso, essas jovens seguiam a carreira do magistério, uma vez que, essa profissão era um “mal necessário” sendo a mesma digna e própria da natureza feminina, de acordo com a concepção de feminilidade vigente na época. Todavia o currículo destinado às mulheres dava mais ênfase à agulha e ao bordado do que à instrução propriamente dita (AMADO e BRUSCHINI, 1988).

É interessante notar que em meados do século XIX o ensino superior era proibido tanto as mulheres de baixa renda como as abastadas, assim as escolas normais posteriores ao primário constituíam-se o único ramo de estudo que as mesmas podiam freqüentar, tanto as que pretendiam lecionar como aquelas que desejavam instruir-se para um posterior casamento.

Retomando a nossa questão inicial, explicitaremos por meio de uma citação, outra (possível) explicação para esse processo de feminização.

Sob a influência de correntes de pensamento que consideravam a mulher, e somente ela, dotada biologicamente pela natureza com a capacidade de socializar as crianças, como parte de suas funções maternas, e considerando que o ensino de crianças para escola elementar, era visto como extensão dessas atividades, o magistério primário, desde o século passado, começou a ser considerado profissão feminina por excelência. (SAFFIOTI, 1969 e BARRETO, 1981 apud, AMADO e BRUSCHINI, 1988).

Contudo ao se falar em capacidade feminina de socializar as crianças como em características biológicas (da natureza feminina) devemos ter claro que essas “funções femininas” partem da concepção de família nuclear, fruto da modernidade ao passamos rapidamente por essa questão apontamos a evolução histórica do sentimento de infância, nos pautamos nos estudos e pesquisas realizadas por Philippe Áries (1981). Ele relata a transformação dos sentimentos de infância (consciência da particularidade infantil) e de família, a partir do exame de pinturas, antigos diários de famílias, testamentos, igrejas e túmulos.

¹ Socióloga – Mestranda em Sociologia/UFG. Professora do curso de Pedagogia Campus Catalão - UFG.

² Pedagoga - Doutora em Educação. Professora do Curso de Pedagogia Campus Catalão - UFG.

Seu trabalho nos possibilita perceber que a família, a escola e as crianças são organismos que sofreram modificações ao longo dos séculos, em relação a sua estrutura e organização.

O sentimento moderno de infância pauta-se, segundo Kramer (2003) em duas atitudes contraditórias por parte dos adultos dos dias de hoje: a primeira considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida pela “paparicação” dos adultos; e outra surge simultaneamente a primeira, mas se contrapõe a ela, tornando a criança como um ser imperfeito e incompleto que necessita da “moralização” e da educação feita pelo adulto.

Ressaltemos que paralelo a isso o sentimento da família também se transforma (sécs. XVI e XVII), vale dizer, o pai torna-se o provedor do lar e a mãe aquela que por ter uma “ligação” biológica com a criança passa a cuidar de seus filhos, além de executar os afazeres domésticos.

Vale ressaltar que o lócus familiar torna-se, então, cada vez mais privado dando origem à família nuclear que deixando de ser a família tronco, da linhagem, gradativamente vai assumindo funções antes destinadas a comunidade, como por exemplo, o cuidado dos filhos. Isto é, a criança antes pública torna-se agora (XVI e XVII) uma criança individualizada (privada) que possui necessidades que precisam ser sanadas por adultos aptos para tal.

Concomitante a isso a dependência da criança frente ao adulto vai ser um dos fatores constituintes da natureza feminina, quer dizer, como a criança precisa ser assistida por um adulto mais experiente, a mulher foi constituindo essa função de socializar as crianças, logo esse aspecto tomado sob influência de correntes de pensamento passou a ser visto como um aspecto inerente à mulher.

Em decorrência disso, no âmbito escolar o profissional que passou a ser requisitado foi a mulher, a qual estaria mais apta a socializar as crianças/alunos, do que os homens que até meados do século XIX exerciam essa função.

Tendo em vista essa concepção de mulher-professora e, portanto de uma suposta natureza infantil, o atendimento ao pré-escolar no Brasil nos períodos de 1875 a 1930 e de 1930 a 1980 teve como baliza epistemológica o assistencialismo e o uso de profissionais leigos, visto que, o cuidar aspecto inerente à criança tornou-se critério máximo para o atendimento das crianças pobres brasileiras e que, portanto sendo o cuidar inato da natureza feminina, seria ele executado por qualquer mulher que “tinha jeito” com crianças.

Portanto, é possível argumentar que o pré-escolar, abrangendo creches e jardins de infância tiveram sua política pautada apenas no cuidar, o qual mesmo sendo um aspecto indissociável na educação infantil, naquele momento era considerado como algo necessário apenas para preservar a vida das crianças carentes.

Neste aspecto apontamos nossa problemática de pesquisa, por partir do princípio que somos constituídos por várias representações de mundo e que as mesmas por se constituírem socialmente são internalizadas por nós numa relação sociedade/indivíduo e indivíduo/sociedade, e que as mesmas “ocupam” o espaço de nosso núcleo central, em decorrência disso as nossas velhas e novas representações estão sempre em conflito.

Diz, então, a estudiosa Guacira Louro (1997),

...as representações de professoras e professores dizem algo sobre esse sujeito, delineiam seus modos e traços, definem seus contornos, caracterizam suas práticas, permitem-nos, enfim, afirmar se um indivíduo pode ou não ser identificado como pertencente a esse grupo. Como formas culturais de nos referimos aos sujeitos (e a nós mesmos), as representações nos dão sentido e

certamente se transformam e se distinguem – histórica e socialmente (p. 98 e 99).

Logo, temos como questão problema a seguinte pergunta: tendo em vista todo o processo de feminização da profissão de educadora infantil na sociedade brasileira, qual a representação social de professora de educação infantil constituída no processo de institucionalização da escola básica?

Como objetivo geral buscamos observar a representação social da professora de educação infantil interpretando a constituição da identidade profissional no processo de institucionalização da escola básica.

Nos objetivos específicos buscamos perceber qual a representação social atual sobre a questão, da professora mulher, ser alvo de preocupações no que tange sua sexualidade feminina, seus trajes e sua vida pessoal. E analisar as conseqüências do processo de profissionalização da educadora infantil e da integração das instituições de educação infantil aos sistemas de ensino, e a relação deste fato com a construção da identidade profissional da docente.

Por procedimentos metodológicos definimos a observação no cotidiano de uma creche no município de Catalão-GO buscando apreender as Representações Sociais de suas professoras. Assim, foi por meio das ações e falas das professoras que agindo no espaço social da creche que é comum a todas, constatamos que elas puderam ancorar suas Representações Sociais de mulher e de professora. Graças a isso participamos do espaço público da creche, pois como notamos o mesmo também é responsável pela construção da identidade profissional de nossos sujeitos e, portanto de suas Representações Sociais do que é ser professora de crianças pequenas.

E pela análise de nossos dados verificamos que o não-familiar da professora é o processo de institucionalização da educação infantil que apresentam as educadoras que trabalham com essa faixa etária (0 a 6 anos) uma nova identidade profissional e logo uma nova Representação Social dessa profissão, processo que está colocando o “barco a deriva” em águas ainda turvas para uma possível ancoragem desse novo processo.

Apesar de termos encontrado diferentes Representações Sociais, vale dizer que todas as mudanças provocadas pelo processo de institucionalização da escola básica e conseqüentemente o novo perfil docente trazido por ele constituíram em seu não-familiar, uma vez que, o mesmo não tornou-se familiar as professoras, porque não ancorou nas Representações Sociais já existentes em suas mentes.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Jane Soares de – **Mulheres na Escola: Algumas reflexões sobre o Magistério Feminino**, In: Cad. Pesq., São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev. 1996.

AMADO, Tina e BRUSCHINI, Cristina – **Estudos Sobre Mulher E Educação: Algumas Questões Sobre O Magistério**, In: Cad. Pesq., São Paulo (64): 4-13, fev. 1988.

ARIÉS, Philippe, **História Social da Criança e da Família**. RJ: Zahar, 1981.

JOVCHELOVITCH, Sandra – Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais, In: GUARESCHI, Pedrinho e JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.) **Textos em Representações Sociais**, 1995, Petrópolis, RJ, ed. Vozes.

KRAMER, Sônia – **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**, São Paulo, Cortez, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: identidade, história, representação – In: CATANI, Denice Bárbara [et al.] – **Docência memória e gênero: estudos sobre formação**, São Paulo: Escrituras Editora, 1997.